

FLASH INFORMATIVO

---

## **ALTERAÇÕES AOS REGIMES DO IMPOSTO SOBRE CONSUMOS ESPECÍFICOS E DA PAUTA ADUANEIRA**



---

Áreas de Interesse:  
**- Direito Fiscal**

---

**14/JAN/26**

## ALTERAÇÕES AOS REGIMES DO IMPOSTO SOBRE CONSUMOS ESPECÍFICOS E DA PAUTA ADUANEIRA

Por força das Leis n.os 7/2025 e 8/2025, de 29 de Dezembro, foram introduzidas alterações relevantes aos regimes do Imposto sobre Consumos Específicos (ICE) e da Pauta Aduaneira. Estas alterações devem ser analisadas de forma conjugada, porquanto ambos consubstanciam impostos indirectos incidentes sobre as importações, aplicáveis no momento da entrada dos bens no território nacional. Destacam-se, de seguida, os principais aspectos:

### **LEI N.º 7/2025 - CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE CONSUMOS ESPECÍFICOS (ICE)**

#### **1. PRORROGAÇÃO DAS TAXAS ATÉ 2027**

É prorrogada até 2027 a vigência das taxas do ICE constantes da tabela anexa ao Código aprovado pela Lei n.º 19/2022, mantendo-se o actual nível de tributação dos produtos sujeitos a consumos específicos.

#### **2. ALTERAÇÃO DO DESTINO DAS RECEITAS**

É revisto o regime de afectação das receitas do ICE, que passam a reverter para o Orçamento do Estado e para sectores específicos, designadamente:

- Saúde
- Desporto
- Estradas
- Energia
- Transportes
- Habitação
- Cultura

A repartição varia consoante os códigos pautais do Sistema Harmonizado, abrangendo, entre outros, bebidas, tabacos e produtos energéticos.

#### **3. REVISÃO DA INCIDÊNCIA E TABELA ANEXA**

São alterados os artigos 14, 23, 30 e 36 do Código do ICE e actualizada a tabela anexa, com introdução de novos códigos pautais, clarificando o âmbito objectivo do imposto.

#### **4. REGULAMENTAÇÃO**

Compete ao Conselho de Ministros regulamentar o novo regime no prazo de 90 dias, incluindo procedimentos de cobrança e mecanismos de controlo.

**LEI N.º 8/2025 - ALTERAÇÕES À PAUTA ADUANEIRA**

**5. FRANQUIA DOS VIAJANTES**

É clarificado que, sempre que um bem exceda a franquia aplicável ao viajante, a tributação incide apenas sobre a diferença de valor, reforçando a segurança jurídica no cálculo dos direitos aduaneiros.

**6. ISENÇÕES E REDUÇÕES DE DIREITOS**

São revistas as regras relativas às mercadorias que podem beneficiar de isenção ou redução de direitos, remetendo-se para regulamentação específica os respectivos termos e condições.

**7. DESARMAMENTO TARIFÁRIO (ZCLCA)**

A lei consolida o calendário de desarmamento tarifário no âmbito da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), prevendo reduções progressivas das taxas aduaneiras até à sua eliminação total, consoante as categorias A e B, e mantendo uma lista de exclusões (Categoria C).

**8. NOVOS DESDOBRAMENTOS DE CÓDIGOS PAUTAIS**

São introduzidos novos desdobramentos de códigos pautais em múltiplas posições do Sistema Harmonizado, incluindo bens industriais, equipamentos, veículos automóveis e bens de capital, com impacto relevante na classificação aduaneira e no custo de importação.

**9. REGULAMENTAÇÃO**

Compete ao Conselho de Ministros regulamentar o novo regime no prazo de 90 dias, incluindo procedimentos de cobrança e mecanismos de controlo.



**Elton Dimbana**  
Associado

Áreas de Prática:

- Fiscal
- Criminalidade Económica e Financeira
- Laboral & Migratório
- Contencioso & Arbitragem

edimbana@ca.co.mz | +258 878 885 500

+258 878 885 500  
info@ca.co.mz

Edifício JN130  
Avenida Julius Nyerere,  
Nr.130 - 6º Andar Dto.  
Cidade de Maputo, Moçambique.

**www.ca.co.mz**